

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A.
Maracanaú - Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.088	22	Fornecedores		646	1.579
Aplicações financeiras	5	-	63.885	Empréstimos e financiamentos	8	9.288	-
Contas a receber de clientes	6	3.871	-	Contratos de mútuos	14	4.183	-
Partes relacionadas - outros créditos	14	-	1.474	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	487	1.868
Outros créditos		164	1.103	Obrigações fiscais		295	101
Despesas antecipadas		2.021	1.608	Imposto de renda e contribuição social	16	435	-
				Obrigações trabalhistas		-	110
				Outras contas a pagar		54	7
Total do Ativo Circulante		9.144	68.092	Total do Passivo Circulante		15.388	3.665
Aplicações financeiras vinculadas	5	12.584	-	Empréstimos e financiamentos	8	216.132	171.371
Despesas antecipadas		78	221	Provisão de desmobilização		3.407	-
Realizável a longo prazo		12.662	221	Total do Passivo Não circulante		219.539	171.371
Imobilizado	7	324.855	218.198	Patrimônio líquido	9		
		324.855	218.198	Capital social		122.711	116.446
				Prejuízos acumulados		(10.977)	(4.971)
				Total do Patrimônio líquido		111.734	111.475
Total do Ativo Não Circulante		337.517	218.419	Total do Passivo		234.927	175.036
Total do Ativo		346.661	286.511	Total do Passivo e Patrimônio líquido		346.661	286.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	30.734	-
Custos operacionais	11	(16.482)	-
Lucro bruto		14.252	-
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.533)	(2.594)
Outras despesas operacionais		(429)	-
Despesas operacionais		(1.962)	(2.594)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		12.290	(2.594)
Receitas financeiras	13	636	-
Despesas financeiras	13	(17.397)	(20)
Resultado financeiro líquido		(16.761)	(20)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(4.471)	(2.614)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.535)	-
Prejuízo do exercício		(6.006)	(2.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(6.006)	(2.614)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(6.006)	(2.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		33.546	-	800	(2.357)	31.989
Destinação do Lucro						
Capital subscrito	9	82.900	(82.900)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	82.900	(800)	-	82.100
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.614)	(2.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		116.446	-	-	(4.971)	111.475
Destinação do Lucro						
Capital subscrito	9	6.265	-	-	-	6.265
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.006)	(6.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		122.711	-	-	(10.977)	111.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(6.006)	(2.614)
Ajustes para:			
Depreciação	7	8.991	18
Rendimento de aplicações	5	(331)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	16.175	-
Juros sobre mútuos	14	873	-
Imposto de renda e contribuição social	16	1.535	-
Outros		1.278	85
		22.515	(2.511)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(3.871)	-
Outros créditos		(602)	(698)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		93	2.767
Fornecedores		(933)	1.543
Obrigações trabalhistas		(110)	82
Obrigações fiscais		194	39
		17.286	1.222
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	-	(7.001)
Pagamento de mútuos - juros	14	(625)	-
Impostos pagos sobre o lucro	16	(619)	(142)
		16.042	(5.921)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(22.157)	(277.102)
Resgates de aplicações financeiras	5	74.574	235.198
Aquisição de imobilizado	7	(105.813)	(172.538)
		(53.396)	(214.442)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	9	6.265	82.100
Captação de mútuos	14	35.500	-
Captações de empréstimos e financiamentos - BNDES	8	33.615	174.700
Captações de empréstimos e financiamentos - Notas comerciais	8	-	41.000
Amortizações de principal - Notas comerciais	8	-	(70.000)
Pagamento de mútuos - principal	14	(31.500)	-
Custo de captação - Notas comerciais	8	-	(21)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos - BNDES	9	(3.244)	(7.316)
Outros		(216)	(85)
		40.420	220.378
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		3.066	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	22	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.088	22
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		3.066	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 15 de março de 2021 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Luzia 13; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 54 MW de capacidade instalada, está localizado nos municípios de São José do Campestre e Serra de São Bento, Estado do Rio Grande do Norte, e entrou em operação comercial plena a partir do dia 05 de abril de 2024. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

Capital Circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 6.244, parte significativa desse valor refere-se ao saldo de empréstimos, que será liquidado no curto prazo. O pagamento da dívida será garantido com base na geração de fluxo de caixa operacional.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 25 de novembro de 2024, a Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (“Mosaic”) exerceu o direito de opção de compra de participação minoritária do capital social da Companhia pela Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), sendo transferido 36.161.098 ações ordinárias de classe B, representando 29,47% do total de ações e 2,95% do capital social.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações

financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e
- **Nota 2.8** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2024, a Companhia identificou o reconhecimento indevido dos saldos de IOF sobre empréstimos no resultado financeiro. Os montantes deveriam ser reconhecidos como custos de transação, pois a despesa está vinculada à captação do recurso que é integralmente consumido na construção do ativo qualificável.

Diante disso, os saldos de ativo, passivo e resultado foram apresentados a menor em 31 de dezembro de 2023. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2024 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Ativo			
Despesas antecipadas	1.469	360	1.829
Outros ativos	284.682	-	284.682
Total do Ativo	286.151	360	286.511
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	174.289	(2.918)	171.371
Outros passivos	3.665	-	3.665
Total do Passivo	177.954	(2.918)	175.036

Patrimônio líquido

Prejuízos acumulados	(8.249)	3.278	(4.971)
Outros	116.446	-	116.446
Total do Patrimônio Líquido	108.197	3.278	111.475
Total do Passivo e Patrimônio líquido	286.151	360	286.511

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Resultado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Despesas financeiras	(3.298)	3.278	(20)
Outros	(2.594)	-	(2.594)
Prejuízo do exercício	(5.892)	3.278	(2.614)
Total do resultado abrangente	(5.892)	3.278	(2.614)

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Patrimônio líquido	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	116.446	-	116.446
Prejuízos acumulados	(8.249)	3.278	(4.971)
Total do Patrimônio Líquido	108.197	3.278	111.475

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.7 *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “*impairment*” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 *Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser

concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Refere-se as provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do

mercado. O principal passivo financeiro contratado é o financiamento com o BNDES, apresentado na nota 8.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis. A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada, apresentada na nota 8, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	2.653	Baixa do CDI	2.593	2.536
Efeito no resultado	225		165	108
Aplicações financeiras – vinculadas	12.584	Baixa do CDI	12.500	12.416
Efeito no resultado	331		247	163
Empréstimos e financiamentos	(235.056)	Alta do IPCA	(241.651)	(248.245)
Efeito no resultado	(23.940)		(30.535)	(37.129)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	435	22
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	2.653	-
Total	3.088	22

A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira	-	20.726
Aplicação financeira – fundo restrito	-	43.159
Aplicação financeira vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (a)	12.584	-
Aplicação financeira vinculada – Conta Reserva de O&M (a)	-	-
Aplicação financeira vinculada – Conta de Complementação ICSD (a)	-	-
Total	12.584	63.885
Ativo circulante	-	63.885
Ativo não circulante	12.584	-

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 27 de dezembro de 2022, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva de O&M e (iii) Conta Complementação Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”). Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	63.885	19.716
Rendimento de aplicações vinculadas	330	-
Rendimento de aplicações não vinculadas - capitalizado	1.064	2.468
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(278)	(383)
Aplicações financeiras vinculadas	12.288	-
Aplicações financeiras não vinculadas	9.869	277.282
Resgates de aplicações financeiras não vinculadas	(74.574)	(235.198)
Saldos finais	12.584	63.885

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia - terceiros	2.535	-
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	1.336	-
Total	3.871	-

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10	183	(45)	138	154
Máquinas e equipamentos	1,8 a 16,6	287.101	(7.911)	279.190	-
Edificações	3,3 a 4	42.998	(1.015)	41.983	-
Ativo de direito de uso	2,9 a 8,3	76	(76)	-	8
Equipamentos de processamento de dados	20	322	-	322	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	218.036
Provisão de desmobilização	2,8	3.269	(47)	3.222	-
Total		333.949	(9.094)	324.855	218.198

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	154	2	-	-	(18)	138
Máquinas e equipamentos	-	112.382	175.038	(319)	(7.911)	279.190
Edificações	-	-	42.998	-	(1.015)	41.983
Ativo de direito de uso	8	-	-	(8)	-	-
Equipamentos de processamento de dados	-	322	-	-	-	322
Imobilizado em andamento	218.036	-	(218.036)	-	-	-
Provisão de desmobilização	-	3.269	-	-	(47)	3.222
Total	218.198	115.975	-	(327)	(8.991)	324.855

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 05 de abril de 2024 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo CDV.

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	172	-	-	-	(18)	154
Ativo de direito de uso	64	76	-	(107)	(25)	8
Imobilizado em andamento	7646	63.810	146.600	(20)	-	218.036
Adiantamento a fornecedores	30.681	108.728	(139.409)	-	-	-
Capitalização operações de arrendamentos	-	25	(25)	-	-	-
Custos de empréstimos	911	6.256	(7.166)	-	-	-
Total	39.473	178.895	-	(127)	(43)	218.198

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou adições no montante de R\$ 10.162 que não tiveram efeito caixa, referentes a provisão de desmobilização e custos de empréstimos (R\$ 6.357 em 31 de dezembro de 2023).

8 Empréstimos e financiamentos

Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Notas Comerciais”)

Em 06 de outubro de 2022 foi celebrado o Termo da primeira emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, em até duas séries para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de São Jeremias Energias Renováveis S.A no valor nominal de R\$ 70.000, sendo R\$ 29.000 correspondentes às notas comerciais da Primeira Série e até R\$ 41.000 correspondentes às notas comerciais da Segunda Série.

Sobre o valor nominal das notas comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano. A remuneração utilizou base 252 dias úteis e foi calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescida de

spread de 2,50% a.a. As notas comerciais foram integralmente quitadas pela Companhia em 20 de setembro de 2024.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”)

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento no valor de R\$ 234.000 com o BNDES, destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 7,20% ao ano. O primeiro pagamento será realizado em 15 de fevereiro de 2025 e o último será realizado em 15 de dezembro de 2046. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento teve início no exercício de 2023.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; (ii) penhor de ações e aerogeradores; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia; e (iv) conta de aplicação reserva do serviço da dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

a. Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
BNDES	Financiamento	235.056	177.501
Custo de captação		(9.636)	(6.130)
Total		225.420	171.371

b. Movimentação da conta

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos iniciais	171.371	29.822
Captações - Notas comerciais	-	41.000
Captações - BNDES	33.615	174.700
Amortizações de principal - Notas comerciais	-	(70.000)
Amortizações de principal - BNDES	-	(7.001)
Juros incorridos - BNDES	16.175	-
Apropriação do custo de captação - Notas comerciais	-	(21)
Custo de captação incorrido no exercício - BNDES (a)	(3.506)	(6.956)
Capitalização de imobilizado	7.765	9.218
Custo de captação - Reversão	-	609
Saldos finais	225.420	171.371
Circulante	9.288	-
Não circulante	216.132	171.371

- (a) Do custo de captação incorrido em 2024, R\$ 262 refere-se ao custo de captação pago em 2023, no qual foi transferido da conta de ativo para conta de passivo, sem efeito caixa no exercício corrente.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	7.424	3,4%
2026	10.732	4,8%	8.097	4,6%
2027	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2028	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2029	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2030	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2031	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2032	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2033	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2034	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2035	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2036	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2037	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2038	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2039	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2040	10.732	4,8%	8.099	4,6%
2041	10.731	4,8%	8.099	4,6%
2042	10.731	4,8%	8.099	4,6%
2043	10.731	4,8%	8.099	4,6%
2044	10.731	4,8%	8.099	4,6%
2045	10.731	4,8%	8.099	4,6%
2046	10.731	4,0%	8.099	4,6%
Total parcelas – longo prazo	225.366	100,0%	177.501	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(9.234)		(6.130)	
Saldo total – longo prazo	216.132		171.371	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 122.711 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 116.446 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 61.355.305 ações ordinárias e 61.355.304 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

Acionista	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV (nota 1.1)	67,05%	82.282	66.825.395	70%	81.512	81.511.927
Serra de São Bento Energia Renovável S.A.	30%	36.813	19.724.116	30%	34.934	34.933.682
Mosaic (nota 1.1)	2,95%	3.616	36.161.098	-	-	-
Total	100%	122.711	122.710.609	100%	116.446	116.445.609

Aumento de capital

Em 18 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi subscrito capital no montante de R\$ 800, integralizado nesta data com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 18 de agosto de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 82.100, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 02 de fevereiro de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 6.265, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024
Venda de energia	31.847
PIS e Cofins sobre vendas	(1.113)
Total	30.734

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024
Custos com pessoal	(391)
Energia comprada para revenda	(1.449)
Depreciação	(8.991)
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(48)
Custos com manutenção	(3.591)
Seguros	(673)
Custos Operacionais	(642)
Outros custos	(697)
Total	(16.482)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui montante de R\$ 48 que se refere a pagamentos de compartilhamento de manutenção de torres junto à CDV, conforme citado na nota 14(a).

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(286)	(10)
Compartilhamento de despesa (nota 14)	(1.234)	(2.215)
Despesas pré-operacionais - geração energia	-	(187)
Outras despesas	(13)	(182)
Total	(1.533)	(2.594)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 286 se refere a pagamentos de consultoria à CDV, conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	556	-
Outras receitas financeiras	80	-
Total	636	-
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.175)	-
Juros sobre mútuos	(873)	-
Outras despesas financeiras	(349)	(20)
Total	(17.397)	(20)
Resultado financeiro líquido	(16.761)	(20)

Durante o exercício de 2024, a Companhia incorreu em R\$ 1.064, R\$ 7.765 e R\$ 192 relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras (vide nota 5), juros sobre empréstimos (vide nota 8) e juros sobre mútuos. Tais valores classificam-se no conceito de custos de empréstimo, portanto, não transitam em conta de resultado e são capitalizados.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	1.336	1.474
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (c)	1.336	-
Partes relacionadas – outros créditos	-	1.474
Transações de condomínios (b)	-	1.225
Outros créditos a receber	-	249
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	1.069	-
Passivo	4.670	1.868
Partes relacionadas – outras contas a pagar	487	1.868
Transações de condomínio (b)	434	1.111
Compartilhamento de despesas (a)	5	473
Outras contas a pagar	48	284
Contratos de mútuos (d)	4.183	-
Resultado	20.737	(2.215)
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	23.222	-
Custos operacionais	(92)	-
Energia comprada (c)	(44)	-
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(48)	-
Despesas gerais ou administrativas	(1.520)	(2.215)
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(286)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(1.234)	(2.215)
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos	(873)	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV, com a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres. Até 31 de agosto de 2024 a Companhia possuía contrato de compartilhamento de despesas com a mesma empresa, o qual foi rescindido, para celebração contrato de prestação de serviços, vigente ao final do exercício.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
- (d) Durante o ano de 2024 a Companhia realizou captações de mútuos com a CDV, conforme apresentado na movimentação abaixo:

Descrição	31/12/2024
Saldos iniciais	-
Captações de mútuos	(35.500)
Juros incorridos sobre mútuos	(873)
Pagamento de mútuos – juros	625
Pagamento de mútuos – principal	31.500
Outras movimentações	65
Saldos finais	(4.183)

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 08 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Avaliação	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		3.088	3.088	22	22
Aplicações financeiras		12.584	12.584	63.885	63.885
Contas a receber de clientes		3.871	3.871	-	-
Partes relacionadas - outros créditos		-	-	1.474	1.474
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(225.420)	(235.056)	(171.371)	(177.501)
Fornecedores		(646)	(646)	(1.579)	(1.579)
Contratos de mútuos		(4.183)	(4.183)	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(487)	(487)	(1.868)	(1.868)
Outras contas a pagar		(54)	(54)	(7)	(7)
Total		(211.247)	(220.883)	(109.444)	(115.574)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNDES)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(1.038)
Contribuição social corrente	(497)
Total	(1.535)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024
Venda de energia	31.847
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	2.548
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	1.699
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(1.038)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	3.822
Outras receitas não operacionais	1.699
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(497)
Alíquota efetiva	(34%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024
Saldos iniciais	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.535
Impostos pagos sobre o lucro	(619)
Compensações no exercício	(481)
Saldos finais	435

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.